26º ENANCIB
Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação
A Amazônia na sociedade global em rede: assimetrias e potencialidades informacionais, tecnológicas e ambientais
Belém, Pará, 09 a 13 de novembro de 2026
Universidade Federal do Pará

XXVI ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - XXVI ENANCIB

ISSN 2177-3688

GT 6 – Informação, Educação e Trabalho

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL GENERATIVA E EDUCAÇÃO INCLUSIVA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES

GENERATIVE ARTIFICIAL INTELLIGENCE AND INCLUSIVE EDUCATION: *CHALLENGES AND POSSIBILITIES*

Giovanna Maria de Souza Almeida – Universidade Federal do Ceará (UFC)
Jefferson Veras Nunes – Universidade Federal do Ceará (UFC)

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: A ampliação da presença de estudantes com deficiência no Ensino Superior tem intensificado os debates sobre inclusão e permanência acadêmica. Embora os avanços legais tenham favorecido seu acesso às universidades, ainda persistem desafios relacionados à construção de ambientes capazes de atender às suas necessidades educacionais específicas. Nesse contexto, a inteligência artificial surge como uma potencial ferramenta para a redução de barreiras e para o fortalecimento de práticas pedagógicas mais equitativas. O presente estudo adota uma abordagem qualitativa e exploratória, fundamentada em revisão narrativa da literatura, com o objetivo de identificar as potencialidades e desafios da utilização da Inteligência Artificial Generativa como suporte às práticas educacionais inclusivas. Os resultados mostram que, quando utilizada de maneira consciente e planejada, pode contribuir para o aprendizado efetivo em sala de aula, favorecendo práticas mais flexíveis e alinhadas às necessidades dos alunos. Entretanto, para que sejam efetivamente empregadas, é fundamental que haja diálogo entre docente e discente, de modo que possam identificar a estratégia mais adequada às demandas individuais.

Palavras-chave: Inteligência artificial generativa; educação inclusiva; mediação pedagógica; pessoa com deficiência; ensino superior.

Abstract: The increased presence of students with disabilities in higher education has intensified debates about inclusion and academic retention. Although legal advancements have facilitated their access to universities, challenges persist regarding the creation of environments capable of meeting their specific educational needs. In this context, artificial intelligence emerges as a potential tool for reducing barriers and strengthening more equitable pedagogical practices. This study adopts a qualitative and exploratory approach, based on a narrative literature review, with the objective of identifying the potential and challenges of using Generative Artificial Intelligence to support inclusive educational practices. The results show that, when used consciously and strategically, it can contribute to effective classroom learning, favoring more flexible practices aligned with students' needs. However,

for its effective implementation, dialogue between teachers and students is fundamental, allowing them to identify the strategy best suited to individual needs.

Keywords: generative artificial intelligence; inclusive education; pedagogical mediation; person with disability; higher education.

1 INTRODUÇÃO

Na última década, observa-se um aumento significativo no ingresso de estudantes com deficiência nas Instituições de Ensino Superior (IES), resultado de avanços legislativos, políticas afirmativas e de um amplo movimento social em prol da inclusão. Esse cenário evidencia uma transformação no perfil discente das universidades, que passam a acolher de maneira mais expressiva sujeitos com Necessidades Educacionais Específicas (NEE).

No entanto, a ampliação do acesso, embora fundamental, não garante por si só condições efetivas de permanência e conclusão, o que torna urgente a reflexão sobre as práticas institucionais e pedagógicas adotadas nesse contexto. São necessárias adaptações que ultrapassem ajustes pontuais e avancem em direção a uma reavaliação das dinâmicas de ensino, envolvendo desde políticas institucionais de acessibilidade até a revisão de metodologias, estratégias avaliativas e recursos didáticos utilizados em sala de aula.

Nesse cenário, a atuação docente se revela ainda mais complexa, demandando uma mediação atenta às necessidades específicas dos estudantes, baseada na escuta ativa e na construção de estratégias inclusivas. Paralelamente, o desenvolvimento acelerado das tecnologias introduziu novas possibilidades no campo educacional, dentre as quais práticas baseadas em inteligência artificial possuem o potencial para oferecer apoio personalizado e ampliar a autonomia discente (Masetto, 2006; Moreira, 2025).

Dessa forma, o presente estudo busca responder a seguinte pergunta: como a Inteligência Artificial Generativa (IAG) pode contribuir para o desenvolvimento de práticas pedagógicas voltadas a estudantes com deficiência no Ensino Superior?

Adota uma abordagem qualitativa e exploratória, fundamentada em uma revisão narrativa da literatura, com o objetivo de identificar e analisar as potencialidades e os desafios da utilização da IAG como suporte às práticas educacionais inclusivas no Ensino Superior. Ao articular um debate sobre inclusão, mediação pedagógica e inovação tecnológica, busca-se contribuir para o desenvolvimento de estratégias que promovam maior equidade e efetividade nos processos de ensino e aprendizagem de pessoas com deficiência.

2 EDUCAÇÃO INCLUSIVA E O ACESSO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA AO ENSINO SUPERIOR

A diferença constitui uma característica inerente às sociedades e aos sujeitos que as compõem. Nesse sentido, um dos grandes desafios contemporâneos consiste em reconhecer e valorizar a diversidade humana, o que exige não apenas admitir a existência de singularidades individuais e coletivas, mas também instituir mecanismos que garantam a equiparação de oportunidades sem recorrer à ideia homogeneizante de um sujeito universal.

Desse modo, a diferença presente na pessoa com deficiência expressa a própria pluralidade da espécie humana que, no decorrer da história, foi interpretada majoritariamente a partir de perspectivas limitantes e excludentes. Tais compreensões, contudo, não se configuram como percepções isoladas ou naturais, mas como construções sócio-culturais que orientam atitudes e estruturas institucionais (Sassaki, 2006).

No século XIX, o modelo médico da deficiência foi responsável pelo surgimento do chamado paradigma da institucionalização, que acarretou na criação das primeiras instituições destinadas exclusivamente às pessoas com deficiência no Brasil. Estas se caracterizavam pela retirada desses indivíduos de suas comunidades de origem, mantendo-os em instituições residenciais segregadas ou em escolas especiais.

Segundo França (2015, p. 111), essas instituições educacionais funcionavam a partir da lógica da normalização, entendida como a crença de que “[...] por meio da habilitação e reabilitação, deve-se prover às pessoas com deficiência serviços que ajam sobre seus corpos para que executem funções mais próximas possíveis do normal”.

Dessa forma, compreender a deficiência a partir dessa lógica implica percebê-la como um desvio a ser corrigido pela reabilitação. Esta era concebida como o principal instrumento do esforço normalizador, voltado à inserção social da pessoa com deficiência por meio da intervenção sobre o indivíduo, a quem cabia adaptar-se à sociedade para ser aceito.

O século XX, por sua vez, trouxe avanços importantes, especialmente a partir da década de 1960, quando se iniciou no cenário internacional o movimento integracionista, que buscava romper com as classes especiais e os chamados “sistemas paralelos” de ensino (Pereira, 2018, p. 90). No contexto brasileiro, a integração fortaleceu-se a partir da década de 1980, tendo como marcos fundamentais a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996.

A primeira, cujo conteúdo apresenta um forte caráter social, consolidou a noção de que a educação é um direito de todos e uma responsabilidade do Estado, que deve assegurar

tratamento equitativo aos cidadãos, sem qualquer forma de discriminação frente as condições para o acesso e permanência na escola (Brasil, 2025). Em seu Art. 208, estabelece de forma clara que é dever do Estado, no âmbito da educação, garantir:

> III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino; [...]
> V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um (Brasil, 2026, p. 125).

Já a LDB (Brasil, 1996) vem não apenas para assegurar o que está previsto na Constituição, mas também para promover a igualdade no cenário educacional, ao tratar da Educação Especial (EE) em um capítulo específico. Em suas versões anteriores, o ensino de pessoas com deficiência era tratado apenas de maneira periférica, com menções pontuais à educação de "excepcionais" e a oferta de tratamento especial.

Contudo, por mais de duas décadas o debate sobre a educação de pessoas com deficiência concentrou-se majoritariamente no nível básico. Esse cenário modificou-se apenas no século XXI, quando o avanço e a maior efetividade das políticas passaram a possibilitar que esses sujeitos dessem continuidade aos seus estudos até o Ensino Superior.

Nesse período, a concepção da sociedade sobre as pessoas com deficiência passou também por uma transformação, superando o paradigma da integração, no qual o indivíduo precisava se adaptar ao meio em que estava inserido. Em seu lugar, instaurou-se o paradigma da inclusão social, compreendido por Sassaki (2006) como um processo bilateral, em que tanto a sociedade se adapta para incluir pessoas com deficiência em seus sistemas sociais quanto estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade.

Tal concepção fundamenta-se no modelo social da deficiência, adotado no âmbito legislativo pelo Decreto nº 6.949 de 2009, que define as pessoas com deficiência como:

> [...] aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas (Brasil, 2026, p. 262).

O referido Decreto marcou a adoção do modelo social ao reconhecer que a deficiência é um conceito em desenvolvimento, decorrente da interação entre as pessoas com deficiência e os obstáculos presentes nas atitudes sociais e no ambiente físico, os quais limitam sua participação na sociedade.

Desde então, iniciativas voltadas à Educação Inclusiva (EI) no Ensino Superior foram incorporadas ao contexto brasileiro, sendo a mais significativa delas a alteração da Lei nº

12.711, também conhecida como Lei de Cotas, que em 2016 passou a incluir as pessoas com deficiência entre seus beneficiários (Brasil, 2016).

Entretanto, a garantia legal do direito a vagas reservadas nas IES não implica, necessariamente, na eliminação de todas as barreiras que dificultam o seu acesso ou a permanência e conclusão dos cursos por parte desses indivíduos. O ingresso se constitui apenas como a etapa inicial de um processo mais amplo, que envolve a vivência universitária, a permanência, a aprendizagem e a avaliação em condições equitativas.

Assim, coloca-se como desafio o repensar das práticas e dos ambientes educacionais no Ensino Superior, a fim de garantir uma inclusão efetiva que envolva também o compromisso da instituição e do corpo docente na construção de um ensino de qualidade, pautado em práticas que considerem as necessidades específicas de cada estudante.

3 MEDIAÇÃO PEDAGÓGICA E INCLUSÃO: FUNDAMENTOS PARA UMA DOCÊNCIA SENSÍVEL

Presente em diversas áreas do conhecimento, o conceito de mediação origina-se a partir de duas vertentes filosóficas, a idealista e a marxista, tendo se consolidado em determinadas Ciências Sociais e Humanas, de modo a influenciar significativamente suas bases teórico-conceituais (Signates, 1998; Malta; Doyle, 2025).

A partir dessas duas perspectivas, o conceito passou a ser apropriado por diferentes áreas do conhecimento, assumindo contornos próprios conforme seus objetivos e contextos de aplicação. Dessa forma, como explicam Nunes e Cavalcante (2017), apesar de sua ampla presença em campos como a Filosofia, a Comunicação, a Educação e a própria Ciência da Informação (CI), não há um significado consensual entre os pesquisadores, uma vez que cada área constrói uma compreensão particular do que se entende por mediação.

Especificamente nas áreas da CI e da Educação, o termo foi ressignificado girando em torno do processo de apropriação e produção de sentidos. Na primeira, desenvolveu-se a noção de mediação da informação, que vem assumindo protagonismo como ferramenta analítica para compreender as relações estabelecidas entre o profissional da informação, os sujeitos e os processos de acesso, uso e apropriação de recursos informacionais.

Segundo Malta e Doyle (2025), no Brasil, essa temática passou a ser discutida pela literatura especializada em CI no final do século XX, a partir da emergência de uma epistemologia social da informação. Contudo, foi apenas em 2009 que Oswaldo Francisco de

Almeida Júnior propôs uma apropriação crítica do termo para a área, a qual passou por reformulações até consolidar o conceito de mediação da informação como:

> Toda ação de interferência – realizada em um processo, por um profissional da informação e na ambiência de equipamentos informacionais –, direta ou indireta; consciente ou inconsciente; singular ou plural; individual ou coletiva; visando a apropriação de informação que satisfaça, parcialmente e de maneira momentânea, uma necessidade informacional, gerando conflitos e novas necessidades informacionais (Almeida Júnior, 2015, p. 25).

Desse conceito, destacam-se dois pontos centrais. O primeiro diz respeito à interferência realizada pelo profissional da informação, a qual se contrapõe à ideia de uma atuação supostamente neutra. Enquanto o segundo refere-se à apropriação da informação pelo usuário, fenômeno que introduz uma nova perspectiva sobre o fazer profissional que, ao ampliar sua atuação para além da garantia de acesso aos materiais, incorpora também a preocupação com a compreensão e o uso da informação.

Em contrapartida, na área da Educação, a mediação articula-se a dimensões sociais e psicológicas, sendo elaborada a partir do conceito de mediação pedagógica. De acordo com Silva (2015), esse enfoque destaca a importância da mediação no processo de construção do conhecimento, compreendendo-a como uma instância que interfere e transforma as operações psicológicas dos sujeitos ao intermediar a relação discente-informação-docente.

Sob esse entendimento, a mediação pedagógica assume papel central na produção de sentidos em sala de aula e na organização das práticas educativas, sendo definida por Masetto (2006, p. 144) como “[...] a atitude, o comportamento do professor que se coloca como um facilitador, incentivador ou motivador da aprendizagem, que se apresenta com a disposição de ser uma ponte entre o aprendiz e sua aprendizagem”.

Observa-se uma ruptura com a lógica transmissiva do modelo tradicional de ensino, denominado por Freire (2024) de “educação bancária”, caracterizado por uma relação centrada em narrações realizadas pelo professor. Nesse cenário, não há espaço para o debate ou atualização das estratégias didáticas e planos de ensino, o que leva a uma desconsideração das singularidades dos estudantes e da diversidade que constitui a turma.

Ademais, é possível identificar uma interseção entre os dois campos discutidos, aspecto também destacado por Perrotti e Pieruccini (2007, p. 54), ao afirmarem que as áreas da Informação e da Educação compartilham a “problemática comum das *aprendizagens informacionais*”. Para os autores, esses campos convergem no plano da significação, configurando-se como categorias inseparáveis em sua perspectiva semiológica.

Se destaca também a teoria histórico-cultural de Lev Vygotsky (2007), segundo a qual o desenvolvimento do ser humano ocorre por meio das interações sociais, especialmente pela mediação realizada por sujeitos mais experientes. O docente, nesse contexto, exerce um papel essencial como mediador do desenvolvimento cognitivo-profissional, atuando de forma intencional para ampliar as capacidades dos alunos.

Assim, a sala de aula pode ser compreendida como um local de mediação da informação, na medida em que se constitui como espaço de interação em que os conteúdos são apresentados, discutidos e apropriados sob a interferência de um profissional experiente. Essa compreensão torna visíveis as aproximações entre a CI e a Educação, especialmente no que se refere à mediação, uma vez que ambos os conceitos mantêm uma relação complementar em suas dimensões teóricas e práticas (Sacerdote; Fernandes, 2016).

No presente estudo, ao utilizar o termo mediação pedagógica, considera-se também tal dimensão informacional presente nesse processo, o qual, no Ensino Superior, assume maior complexidade em razão da diversidade de trajetórias formativas, níveis de preparo e modos de aprendizagem dos estudantes.

Incorporar a inclusão à educação significa rejeitar uma lógica de ensino voltada para uma massa de sujeitos padronizados, deslocando-se para uma perspectiva que reconheça a pluralidade constitutiva dos estudantes. Trata-se de compreender que os processos de internalização do conhecimento não ocorrem de maneira uniforme, o que demanda práticas atitudinais e metodológicas efetivamente acessíveis (Pieczkowski, 2019).

Nesse sentido, o rompimento com os esquemas verticais da educação bancária e a superação da contradição educador-educando iniciam-se com o estabelecimento do diálogo, que propicia a configuração de um ambiente em que os estudantes possam explicitar suas demandas, dificuldades e necessidades específicas de aprendizagem (Freire, 2024).

Assim sendo, compreende-se que a mediação pedagógica, quando orientada pelos princípios do diálogo e do reconhecimento das singularidades, constitui um fundamento essencial para a efetivação de uma educação inclusiva no Ensino Superior.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa caracteriza-se como qualitativa quanto à abordagem, de natureza exploratória no que se refere aos objetivos, tendo sido desenvolvida por meio de uma revisão narrativa da literatura, entendida como um procedimento de investigação que analisa a

produção bibliográfica acerca de um tema específico, porém sem a adoção de padrões matemático-estatísticos rigorosos (Sampieri, 2013).

Segundo Galvão e Ricarte (2019), esse método mostra-se particularmente adequado para a análise de estudos que utilizam diferentes abordagens metodológicas ou se fundamentam em distintas conceituações teóricas e relações conceituais. Desse modo, para a coleta dos dados, foram realizadas buscas nas bases de dados SciELO e no Portal de Periódicos CAPES, através dos descritores "inteligência artificial", "inteligência artificial generativa" e "educação inclusiva", combinados por meio do operador booleano AND, de modo a ampliar e refinar os resultados recuperados.

Como critérios de inclusão, foram considerados artigos científicos publicados em língua portuguesa, no período de 2022 a 2026, que abordassem a aplicação da IAG em contextos educacionais relacionados à inclusão, acessibilidade e apoio à aprendizagem de estudantes com deficiência. O levantamento resultou na recuperação de quarenta e nove (49) artigos, sendo três (3) indexados na SciELO e quarenta e seis (46) localizados no Portal de Periódicos CAPES. Em seguida, realizou-se a leitura dos títulos, resumos e palavras-chave dos estudos recuperados, com o objetivo de verificar sua aderência à temática investigada.

Foram excluídos trabalhos duplicados, publicações que não apresentavam relação direta com a temática investigada e estudos cujo texto completo não estivesse disponível para consulta. Dessa forma, o *corpus* final da pesquisa foi constituído por quinze (15) artigos, apresentados no quadro abaixo.

Quadro 1 - Resultados do levantamento bibliográfico.

Autor(es)	Título	Foco de inclusão
(Albertoni *et al.*, 2024).	Inteligência artificial na educação inclusiva: um mapeamento sistemático das aplicações e perspectivas.	Pessoas com deficiência
(Alves *et al.*, 2024).	Impacto da inteligência artificial na educação inclusiva	Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas
(Barasuol; Lopes; Theodoridis, 2024).	A evolução dos paradigmas educacionais: educação 4.0, educação digital *onlife* e inclusiva	Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas
(Bernardino *et al.*, 2024).	Inteligência artificial: uma alternativa à educação personalizada e inclusiva	Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas
(Klauch *et al.*, 2024).	A revolução personalizada na educação especial a distância	Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas

(Lima *et al.*, 2024).	Modelo de Inteligência Artificial aplicado à análise de dados de pessoas com deficiência: utilização de LangChain	Pessoas com deficiência intelectual
(Milan *et al.*, 2024).	O uso de inteligência artificial como ferramenta de apoio à linguística aplicada na educação especial inclusiva: revisão bibliográfica	Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas
(Paiva; Carneiro, 2024).	Ética discursiva, inclusão do autismo e inteligência artificial	Pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA)
(Possato *et al.*, 2024).	Educação 5.0 e inclusão: explorando o potencial das tecnologias emergentes para pessoas com deficiência	Pessoas com deficiência
(Ribeiro *et al.*, 2024).	Inteligência artificial na educação inclusiva: desafios e oportunidades para alunos com necessidades educacionais especiais	Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas
(Sacramento, 2024).	Tecnologia da educação inclusiva: desafios e transformações na recriação do modelo educativo	Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas
(Santos *et al.*, 2024).	Assistentes virtuais inteligentes na educação especial a distância	Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas
(Lima *et al.*, 2025).	Formação docente e Inteligência Artificial: implicações da personalização do ensino na Educação Especial Inclusiva	Pessoas com deficiência
(Moreira, 2025).	Inclusão educacional: a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) e a Inteligência Artificial (IA) na construção de uma Escola Inclusiva (EI)	Pessoas com deficiência
(Castro; Castro; Cordeiro, 2026).	Pessoas com deficiência na formação em enfermagem: inteligência artificial e práxis transformadora	Pessoas com deficiência

Fonte: elaboração própria (2026).

Na seção seguinte, são apresentados e discutidos os dados levantados acerca do uso da inteligência artificial generativa na educação de pessoas com deficiência.

5 A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL GENERATIVA COMO FERRAMENTA PEDAGÓGICA INCLUSIVA

Entre as transformações tecnológicas que marcam o século XXI, o desenvolvimento da Inteligência Artificial Generativa ocupa lugar de destaque, especialmente no campo educacional. A partir da disponibilização pública do ChatGPT, desenvolvido pela OpenAI, no final de 2022, intensificaram-se os debates acerca dos impactos dessas ferramentas nos processos de ensino e aprendizagem, divergindo entre perspectivas que enfatizam seu potencial pedagógico e aquelas que alertam para seus desafios éticos e técnicos.

Segundo a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco, 2024, p. 8), a Inteligência Artificial Generativa é uma

> [...] tecnologia de inteligência artificial (IA) que gera conteúdo de forma automática em resposta a comandos escritos em interfaces de conversação em linguagem natural. Em vez de simplesmente fazer a curadoria de páginas da *web*, aproveitando o conteúdo existente, a IAGen na verdade produz novo conteúdo.

Dessa forma, ela se caracteriza pela capacidade de produzir textos, imagens, códigos e outros tipos de conteúdo de maneira autônoma, a partir do processamento de grandes volumes de dados e do reconhecimento de padrões linguísticos e informacionais. Essa possibilidade de criação é o que as diferencia das tecnologias digitais anteriores, centradas predominantemente na busca e na organização da informação.

No processo de ensino, a IAG tem o potencial para ser incorporada tanto como ferramenta de apoio ao planejamento docente e gestão educacional, quanto como suporte ao estudo e à resolução de problemas por parte dos estudantes. Já no âmbito da educação inclusiva, os autores apontam potencialidades específicas, sendo a primeira delas a **acessibilidade infocomunicacional**.

Milan *et al.* (2024) e Moreira (2025) destacam que a inteligência artificial pode favorecer a participação de estudantes com deficiência auditiva ou visual por meio da geração automática de legendas, recursos de audiodescrição e ferramentas de conversão de texto-fala. Tais funcionalidades ampliam as possibilidades de interação com os conteúdos e com os demais sujeitos do processo educativo, diversificando as formas de acesso à informação e contribuindo para a redução de barreiras à participação acadêmica plena.

Nessa perspectiva, seu uso "[...] amplia a adaptabilidade humana e cria condições para uma maior igualdade de oportunidades na educação e no pensamento científico", reforçando o potencial dessas tecnologias para responder às diferentes necessidades presentes nos contextos educacionais (Moreira, 2025, p. 14).

Os estudos analisados também destacam a aplicação da inteligência artificial generativa para a **personalização do ensino** e a **adaptação de conteúdos**, de modo a alinhá-los às demandas individuais dos estudantes (Albertoni *et al.*, 2024; Alves *et al.*, 2024; Bernardino *et al.*, 2024; Castro; Castro; Cordeiro, 2026). Segundo Lima *et al.* (2025, p. 4-5), a personalização do ensino refere-se à

> [...] adaptação das práticas pedagógicas que reconhecem as necessidades individuais e habilidades de cada estudante em diversos ambientes educacionais, levando em consideração os diferentes estilos de aprendizado, ritmos de progressos e interesses.

Assim, por conta da capacidade de analisar, em tempo real e de forma automatizada, grandes volumes de dados educacionais, a IAG favorece a identificação de desempenhos, dificuldades recorrentes e padrões de interação dos estudantes, favorecendo intervenções mais direcionadas no processo de mediação pedagógica (Barasuol; Lopes; Theodoridis, 2024; Possato *et al.*, 2024; Santos *et al.*, 2024).

A partir dessas informações, pode-se adequar os níveis de complexidade dos conteúdos, diversificar as linguagens utilizadas e oferecer múltiplos percursos de aprendizagem, contemplando as diferentes necessidades educativas específicas. Dessa forma, a tecnologia pode atuar como apoio à construção de estratégias mais equitativas, sem perder de vista o caráter coletivo e os objetivos do processo educativo.

Essa abordagem, além de contribuir para a **autonomia do discente**, pode também favorecer a **otimização do planejamento docente** e o gerenciamento da carga de trabalho por meio da automatização de tarefas repetitivas e administrativas, permitindo que os professores dediquem mais atenção ao acompanhamento dos estudantes (Klauch *et al.*, 2024; Lima *et al.*, 2024; Milan *et al.*, 2024). Ademais, segundo Albertoni *et al.* (2024), o desenvolvimento de sistemas de tutoria especializada por meio de chatbots e/ou aplicativos podem oferecer suporte individualizado a estudantes com NEE, auxiliando-os na revisão de conceitos, resolução de problemas e na identificação de lacunas em seu aprendizado.

No artigo de Paiva e Carneiro (2024), os autores apresentam o desenvolvimento de um aplicativo destinado à promoção da inclusão de estudantes com transtorno do espectro autista, cuja proposta é fundamentada na ética do discurso de Jürgen Habermas. Entre as funcionalidades disponibilizadas estão conteúdos informativos sobre o TEA, orientações para a construção de ambientes educacionais inclusivos e sugestões de atividades adaptadas. Além disso, a ferramenta oferece um espaço de interação por meio de chat, com o objetivo de ampliar as possibilidades de comunicação e participação dos estudantes, considerando os desafios de interação social frequentemente enfrentados por esse público.

Entretanto, de acordo com o levantamento realizado, do ponto de vista pedagógico, o impacto dessa tecnologia é complexo e multifacetado. Embora ofereça oportunidades relevantes para o engajamento colaborativo e para a personalização da aprendizagem, sua utilização também apresenta **desafios éticos e técnicos** significativos.

Destacam-se: a ausência de supervisão pedagógica estruturada, que pode favorecer a disseminação de informações imprecisas; o potencial aprofundamento de desigualdades já

existentes, decorrente tanto das diferenças de acesso às tecnologias quanto das desigualdades em competências digitais entre os estudantes; a presença de vieses algorítmicos, capazes de perpetuar determinados discursos ou preconceitos; e falhas na privacidade e segurança dos dados dos alunos (Klauch *et al.,* 2024; Lima *et al.,* 2024; Possato *et al.,* 2024; Santos *et al.,* 2024; Lima *et al*., 2025; Moreira, 2025).

Em vista disso, é fundamental que educadores e instituições de ensino desenvolvam estratégias e políticas que potencializem os benefícios dessas ferramentas, ao mesmo tempo em que estabeleçam mecanismos para prevenir ou mitigar seus possíveis riscos. Nesse contexto, a incorporação da IAG aos processos educacionais deve ocorrer de forma crítica e planejada, de modo que os recursos tecnológicos atuem como suporte às práticas pedagógicas, e não como substitutos da mediação humana.

É necessário buscar um equilíbrio entre abordagens tradicionais e as possibilidades oferecidas pelas inovações tecnológicas, assegurando que seu uso esteja alinhado aos objetivos educacionais e ao princípio da ética. Tal cenário demanda uma atuação docente pautada na formação contínua e na abertura à inovação, de modo que possam incorporar essas tecnologias de forma crítica e planejada (Klauch *et al.,* 2024; Lima *et al.*, 2025).

Assim, evidencia-se que a inteligência artificial generativa possui potencial para contribuir com a construção de ambientes educacionais mais acessíveis, flexíveis e responsivos à diversidade dos estudantes, desde que sua utilização esteja articulada a práticas pedagógicas intencionais e comprometidas com os princípios da educação inclusiva.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do crescente ingresso de alunos com deficiência nas Instituições de Ensino Superior, torna-se central a atualização das estratégias adotadas em sala de aula, uma vez que esses estudantes apresentam necessidades educacionais específicas que devem ser consideradas. Nesse cenário, a utilização da Inteligência Artificial Generativa como ferramenta de apoio pode potencializar a mediação realizada pelo professor, especialmente ao possibilitar maior acessibilidade infocomunicacional, a personalização e adaptação do ensino, o fortalecimento da autonomia do estudante e a otimização do trabalho docente.

Entretanto, para que sejam efetivamente empregadas, é fundamental que haja diálogo constante entre professor e aluno, de modo que possam identificar as estratégias mais adequadas às demandas individuais, considerando as potencialidades e limites das

tecnologias utilizadas. Desse modo, a construção desse consenso assegura que a IAG atue como instrumento de apoio e não de substituição da relação educador-educando.

Além disso, esse processo precisa estar fundamentado na formação continuada dos docentes e em estratégias institucionalmente estabelecidas, capazes de orientar o uso crítico e ético dessas tecnologias. Assim, a efetividade da IAG em contextos educacionais depende não apenas de suas capacidades técnicas, mas também das condições humanas e institucionais que orientam sua utilização.

REFERÊNCIAS

ALBERTONI, Neumar R. M.; MARCONDES, Renato; SILVA, Sani C. R.; SZESZ JUNIOR, Albino. Inteligência artificial na educação inclusiva: um mapeamento sistemático das aplicações e perspectivas. **Ensino de Ciências e Tecnologia em Revista**, Rio Grande do Sul, v. 14, n. 3, p. 453-463, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.31512/encitec.v14i3.1982. Acesso em: 18 jun. 2026.

ALVES, Daiane L.; ESPRENDOR, Aline; ECCEL, Ana Carolina R. L; SOUZA, Átila; MALTA, Daniela P. L. N. Impacto da inteligência artificial na educação inclusiva. **Revista Ilustração**, [*s. l.*], v. 5, n. 7, p. 37–47, 2024. Disponível em: 10.46550/ilustracao.v5i7.346. Acesso em: 12 jun. 2026.

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo F. Mediação da informação: um conceito atualizado. *In*: BORTOLIN, Sueli; SANTOS NETO, João A; SILVA, Rovilson J. (org.). **Mediação oral da informação e da leitura**. Londrina: ABECIN, 2015. p. 9-32.

BARASUOL, Fabiana F.; LOPES, Claudio N.; THEODORIDIS, Nicolas. A evolução dos paradigmas educacionais: educação 4.0, educação digital onlife e inclusiva. **COGNITIONIS Scientific Journal**, *[s. l.]*, v. 7, n. 2, p. e514, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.38087/2595.8801.514. Acesso em: 18 jun. 2026.

BERNARDINO, Lucas M.; CAMIRAN, Renan S.; SILVA, Fernando S.; SILVA, Joaquim M.; RABÊLO, Olivan S. Inteligência artificial: uma alternativa à educação personalizada e inclusiva. **Revista Eletrônica de Educação**, São Paulo*,* v. 18, n. 1, p. e446629, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.14244/198271994466. Acesso em: 18 jun. 2026.

BRASIL. [Constituição de 1988]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 69 ed. Brasília, DF: Câmara dos deputados, 2026. 298 p.

BRASIL. [Constituição de 1988]. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, compilado até a Emenda Constitucional nº 135/2024. Brasília, DF: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2025. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/685819?utm_source=chatgpt.com Acesso em: 12 jun. 2026.

BRASIL. [Constituição de 1988]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 70. ed. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2026. Disponível em: https://bd.camara.leg.br/bd/items/3ca4ea13-190c-42a6-8786-d3b755f3b7b7 Acesso em: 12 jun. 2026.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, seção 1, Brasília, DF, p. 27833, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 12 jun. 2026.

BRASIL. Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016. Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. **Diário Oficial da União**, seção 1, Brasília, DF, 29 dez. 2016. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13409.htm. Acesso em: 12 jun. 2026.

CASTRO, Nádile J. C.; CASTRO, Juliana C.; CORDEIRO, Dândara L. S. Pessoas com deficiência na formação em enfermagem: inteligência artificial e práxis transformadora. **Cogitare Enfermagem**, Paraná, v. 31, 2026. Disponível em: https://doi.org/10.1590/ce.v31i0.100677pt. Acesso em: 18 jun. 2026.

FRANÇA, Tiago H. A normalidade: uma breve introdução à história social da deficiência. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, Rio Grande do Sul, v. 6, n. 11, 2015. Disponível em: 10.63595/rbhcs.v6i11.10550. Acesso em: 12 jun. 2026.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 89ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2024. 256 p.

GALVÃO, Maria C. B.; RICARTE, Ivan L. M. Revisão sistemática da literatura: conceituação, produção e publicação. **Logeion:** Filosofia da Informação, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 57-73, 2019. Disponível em: https://doi.org/10.21728/logeion.2019v6n1.p57-73. Acesso em: 12 jun. 2026.

KLAUCH, Jorge J. et al. A revolução personalizada na educação especial a distância. **Revista Ilustração**, Rio Grande do Sul, v. 5, n. 7, p. 103–119, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.46550/ilustracao.v5i7.351. Acesso em: 18 jun. 2026.

LIMA, Andréia A. et al. Formação docente e Inteligência Artificial: implicações da personalização do ensino na Educação Especial Inclusiva. **Caderno Pedagógico**, *[s. l.]*, v. 22, n. 12, p. e20738, 2025. Disponível em: https://doi.org/10.54033/cadpedv22n12-148. Acesso em: 18 jun. 2026.

LIMA, Francisco A. M. et al. Modelo de Inteligência Artificial aplicado à análise de dados de pessoas com deficiência: utilização de LangChain. **Revista de Gestão e Secretariado**, Paraná, v. 15, n. 10, p. e4281, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.7769/gesec.v15i10.4281. Acesso em: 18 jun. 2026.

MALTA, Ana Carolina; DOYLE, Andréa. Mediação da informação: fundamentos e tipologias. *In*: DOYLE, Andréa; GARCÊS-DA-SILVA, Franciéle Carneiro (org.). **Tríade universitária na Biblioteconomia da UNIR**. Florianópolis: Selo Nyota, 2025. p. 43-56.

MASETTO, Marcos T. Mediação pedagógica e o uso da tecnologia. *In*: MORAN, José E.; MASETTO, Marcos T.; BEHRENS, Marilda A. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. 12 ed. Campinas: Papirus, 2006. p. 133-173.

MILAN, Davi et al. A. O uso de inteligência artificial como ferramenta de apoio à linguística aplicada na educação especial inclusiva: revisão bibliográfica. **Revista Brasileira de Filosofia e História**, Paraíba, v. 13, n. 3, p. 3928–3932, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.18378/rbfh.v13i3.10904. Acesso em: 18 jun. 2026.

MOREIRA, José C. P. Inclusão educacional: a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) e a Inteligência Artificial (IA) na construção de uma Escola Inclusiva (EI). **Revista Contemporânea**, *[s. l.]*, v. 5, n. 7, p. e8669, 2025. Disponível em: https://doi.org/10.56083/RCV5N7-104. Acesso em: 18 jun. 2026.

NUNES, Jefferson Veras; CAVALCANTE, Lídia Eugênia. Por uma epistéme mediacional na Ciência da Informação. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, Brasília, v. 10, n. 2, 2017. Disponível em: https://revistas.ancib.org/tpbci/article/view/413?utm_source=chatgpt.com Acesso em: 18 jun. 2026.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **Guia para a IA generativa na educação e na pesquisa**. Paris: UNESCO, 2024. 44 p. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000390241. Acesso em: 12 jun. 2026.

PAIVA, Bárbara G. S.; CARNEIRO, Rosalvo N. Ética discursiva, inclusão do autismo e inteligência artificial: uma proposta de aplicativo. **Logeion:** Filosofia da Informação, Rio de Janeiro, v. 11, p. e-7376, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.21728/logeion.2024v11e-7376. Acesso em: 18 jun. 2026.

PEREIRA, Márcio. A história da pessoa com deficiência. **Ciências Gerenciais em Foco**, Minas Gerais, v. 8, n. 5, 2018. Disponível em: https://revista.uemg.br/cgf/article/view/3149. Acesso em: 12 jun. 2026.

PERROTTI, Edmir; PIERUCCINI, Ivete. Infoeducação: saberes e fazeres da contemporaneidade. *In*: LARA, Marilda L. G. de; FUJINO, Asa; NORONHA, Daisy P. **Informação e Contemporaneidade: perspectivas**. Recife: NÉCTAR, 2007. p. 46-95.

PIECZKOWSKI, Tania Mara Zancanaro. Mediação pedagógica na relação com universitários com deficiência. **Educação em Revista**, Rio Grande do Sul, v. 44, p. 1–21, 2019. Disponível em: 10.5902/1984644428452. Acesso em: 12 jun. 2026.

POSSATO, Alvaro B.; FERLA, Thaynara; CURTULO, Joanisa P.; GUIMARÃES, Josiane C.; CAMPOS, Vivian; SILVA, Douglas R. Educação 5.0 e inclusão: explorando o potencial das tecnologias emergentes para pessoas com deficiência. **Revista Políticas Públicas & Cidades**,

São Paulo, v. 13, n. 2, p. e1390, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.23900/2359-1552v13n2-353-2024. Acesso em: 18 jun. 2026.

RIBEIRO, Gleick C. et al. Inteligência artificial na educação inclusiva: desafios e oportunidades para alunos com necessidades educacionais especiais. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação,** São Paulo, v. 10, n. 12, p. 3264–3280, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.51891/rease.v10i12.17674. Acesso em: 19 jun. 2026.

SACERDOTE, Helena C. S.; FERNANDES, João Henrique C. Mediação da informação e mediação pedagógica: discussões conceituais. **Informação & Informação**, Paraná, v. 21, n. 1, 2016. Disponível em: https://www.brapci.inf.br/v/34674. Acesso em: 13 jun. 2026.

SACRAMENTO, Jaison S. Tecnologia da educação inclusiva: desafios e transformações na recriação do modelo educativo. **Revista Acadêmica Online**, São Paulo, v. 10, n. 53, p. e312, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.36238/2359-5787.2024.v10n53.312. Acesso em: 18 jun. 2026.

SAMPIERI, Roberto H. **Metodologia de pesquisa**. 5 ed. Porto Alegre: Penso, 2013. 624 p.

SANTOS, Rutte N. F. et al. Assistentes virtuais inteligentes na educação especial a distância: potencializando o suporte e a orientação acadêmica com IA. **Revista Ilustração**, Rio Grande do Sul, v. 5, n. 5, p. 37–51, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.46550/ilustracao.v5i5.328. Acesso em: 18 jun. 2026.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão:** construindo uma sociedade para todos. 7 ed. Rio de Janeiro: WVA, 2006.

SIGNATES, Luiz. Estudo sobre o conceito de mediação. **Novos Olhares**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 37-49, 1998. Disponível em: https://repositorio.bc.ufg.br/items/eaef3fa6-7a85-43c0-884d-5f7409178e04. Acesso em: 24 fev. 2026.

SILVA, Jonathas Luiz Carvalho. Percepções conceituais sobre mediação da informação. **InCID:** Revista de Ciência da Informação e Documentação, São Paulo, v. 6 n. 1, n. 1, 2015. Disponível em: 10.11606/issn.2178-2075.v6i1p93-108. Acesso em: 12 jun. 2026.

VIGOTSKY, Lev S. **A formação social da mente:** o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 7 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007. 182 p.

AGRADECIMENTOS

Declaram-se os devidos agradecimentos à Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP), pela concessão de bolsa de Mestrado a um dos autores desta pesquisa.